

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS  
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)**

**MATHEUS KNIERIM DE OLIVEIRA**

**A INFLUÊNCIA DO POLITICAMENTE CORRETO NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

**Resende**

**2018**

**MATHEUS KNIERIM DE OLIVEIRA**

**A INFLUÊNCIA DO POLITICAMENTE CORRETO NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Academia Militar das Agulhas Negras como parte dos requisitos para a Conclusão do Curso de Bacharel em Ciências Militares, sob a orientação do Maj Cav Felipe Vieira Leite.

**Resende**

**2018**

**MATHEUS KNIERIM DE OLIVEIRA**

**A INFLUÊNCIA DO POLITICAMENTE CORRETO NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Academia Militar das Agulhas Negras como parte dos requisitos para a Conclusão do Curso de Bacharel em Ciências Militares, sob a orientação do Maj Cav Felipe Vieira Leite.

**COMISSÃO AVALIADORA**

---

**FELIPE VIEIRA LEITE – Maj CAV**

**Orientador**

---

**Avaliador**

---

**Avaliador**

**Resende**

**2018**

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Maj Cav Felipe Vieira Leite por ajudar na confecção da monografia com a disponibilização de documentos e por transmitir conhecimentos fundamentais para a pesquisa, assim como sua disponibilidade permanente.

À minha família, pela educação que me foi dada, pelos conhecimentos passados, pelos princípios e valores a mim transmitidos e por me ensinar a sempre acreditar em meus ideais e em mim mesmo.

E por fim aos meus amigos e companheiros de turma, que me ajudaram a cruzar pelos mais diversos obstáculos.

*“Sempre lembre que você é mais corajoso do que pensa, mais forte do que parece e mais esperto do que acredita”.*

*(Christopher Robin)*

## RESUMO

KNIERIM, Matheus de Oliveira. A influência do politicamente correto na sociedade brasileira. Resende: AMAN, 2018. Monografia.

Este trabalho de conclusão de curso tem por objetivo verificar a existência e a influência da corrente politicamente correta na sociedade brasileira. Foram analisados dados diversos sobre a origem e como esse pensamento evoluiu e atingiu todas as esferas da população. Os resultados obtidos possibilitaram analisar de que forma o termo politicamente correto está inserido nos diversos ambientes da sociedade brasileira e afirmar se este tipo de comportamento está alterando a maneira de pensar, de agir e principalmente de se comunicar e de informar do cidadão brasileiro.

**Palavras-chave: Politicamente Correto. Sociedade. População. Informação. Brasil. Hábitos.**

## **ABSTRACT**

KNIERIM, Matheus de Oliveira. The influence of politically correct in Brazilian society. Resende: AMAN, 2018. Monograph.

This work of course completion aims to verify the existence and influence of the politically correct current in Brazilian society. Various data were analyzed on the origin and how this thought evolved and reached all spheres of the population. The results obtained allowed to analyze how the term politically correct is inserted in the different environments of the Brazilian society and to affirm if this type of behavior is changing the way of thinking, of acting and mainly of communicating and informing of the Brazilian citizen.

**Keywords: Politically Correct. Society. Population. Information. Brazil. Habits.**

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO.....</b>	<b>12</b>
<b>2.1</b>	<b>Revisão da literatura e antecedentes do problema.....</b>	<b>12</b>
<b>2.2</b>	<b>Referencial metodológico e procedimentos.....</b>	<b>15</b>
<b>3</b>	<b>A INFLUÊNCIA DO POLITICAMENTE CORRETO NO PODER LEGISLATIVO E NO PODER EXECUTIVO.....</b>	<b>17</b>
<b>4</b>	<b>A INFLUÊNCIA DO POLITICAMENTE CORRETO NO PODER JUDICIÁRIO.....</b>	<b>20</b>
<b>5</b>	<b>A INFLUÊNCIA DO POLITICAMENTE CORRETO NO DIREITO DE LIVRE EXPRESSÃO E NA MÍDIA.....</b>	<b>23</b>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>29</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>31</b>



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – X-Men Apocalipse.....	12
<b>Figura 2</b> – Tira Monteiro Lobato.....	27

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, entender o que é e como se faz presente o politicamente correto na sociedade brasileira tem adquirido importância já que é um assunto presente no cotidiano brasileiro em todas as esferas da sociedade. Este tipo de comportamento e os que o perpetuam tem mudado as relações sociais e problematizando a convivência entre as pessoas.

Seu estudo é relevante para o meio militar, uma vez que a cada dia que passa o exército é cada vez mais empregado nas ruas, como em operações de garantia da lei e da ordem, e deve saber como lidar e se comportar em cada situação, bem como ser conhecedor dos seus direitos e deveres perante a sociedade. Também é de grande valia no que diz respeito à formação do soldado brasileiro. Muito frequentemente o conscrito chega à sua Organização Militar sem ter estudo ou conhecimentos básicos. Cabe ao comandante de pelotão, além de adestrar e formar o caráter do soldado, também deve informar e educar sobre assuntos da atualidade.

Esta pesquisa tem por objetivo geral verificar a atuação do movimento politicamente correto na sociedade brasileira bem como sua atuação nos três poderes republicanos.

Para abordar o assunto foi utilizado o método descritivo, utilizando pesquisa a documentos em sites na internet, pesquisa bibliográfica em obras de autores consagrados no assunto e em artigos que versam com eficiência sobre o tema, sempre buscando a interdisciplinaridade com estudos do direito.

A pesquisa está assim estruturada:

No segundo capítulo, contém a revisão da literatura e antecedentes do problema, será mostrado o referencial metodológico, a hipótese, os objetivos e os procedimentos de pesquisa bem como o conceito atual de politicamente correto e como essa expressão mudou de significado ao longo do tempo.

No Terceiro capítulo, será feita a abordagem da interferência do movimento politicamente correto no poder legislativo e no poder judiciário brasileiro com exemplificações e sempre com referências das leis e ordens vigentes no país.

No Quarto capítulo será demonstrada a interferência do politicamente correto sobre o poder judiciário e como esse movimento tem influenciado sobre as decisões dos tribunais e ministérios.

No quinto capítulo o estudo é feito sobre a manifestação politicamente correta acerca da liberdade de expressão e, não menos importante, sobre a forma como a mídia brasileira tem trabalhado sob a influência de tal movimento.

Por fim, no sexto e último capítulo, será verificado se os objetivos da pesquisa foram alcançados, para ratificar ou retificar a seguinte hipótese: o movimento politicamente correto tem dificultado a interação e cooperação entre os cidadãos brasileiros.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Esta pesquisa é de linha bibliográfica e abordará qual o conceito de politicamente correto atualmente e como está inserido na sociedade brasileira, além de como se manifesta no comportamento do cidadão brasileiro.

### 2.1 Revisão da literatura e antecedentes do problema

Para entender o que é politicamente correto e como ele se manifesta nas esferas da sociedade brasileira, é preciso, antes de tudo, conhecer seu conceito e como ele tem mudado através do tempo.

O politicamente correto se tornou um tema de bastante destaque nos últimos tempos. Caso, como o do pôster de divulgação do filme X-Men Apocalypse, no qual o vilão denominado Apocalypse aparece asfixiando a personagem mística, provocou o desgosto de muitos e causou grande repercussão na mídia. Isso por que foi considerado pelos ativistas politicamente corretos como machista e que incentivava a violência contra a mulher.<sup>1</sup>

Figura 1 - X-Men Apocalypse



Fonte: Spotniks<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup>SPOTNIKS. **10 vezes em que o politicamente correto passou de todos os limites em 2016.** Disponível em: <<https://spotniks.com/10-vezes-em-que-o-politicamente-correto-passou-de-todos-os-limites-em-2016/>>. Acesso em: 14 maio 2018.

No entanto, apesar de ser um assunto muito comentado, dificilmente há uma definição do que afinal significa a expressão “politicamente correto”.

Segundo Geoffrey Hughes, pesquisador de história linguística:

O politicamente correto não é apenas uma coisa e não tem uma história simples. Como um conceito, ele precede o debate e é um fenômeno complexo, descontínuo e multiforme que mudou radicalmente, mesmo sobre as duas últimas décadas. Durante apenas este tempo, ele se ramificou a partir das suas preocupações iniciais com a educação e o currículo em agendas diversas, reformas, e questões relativas à raça, cultura, gênero, deficiência, meio ambiente e direito dos animais (HUGHES, 2010, p. 3, tradução nossa).<sup>2</sup>

O politicamente correto é muito mais antigo do que se costuma atribuir essa expressão. Porém, nem sempre essas palavras tiveram o mesmo significado que tem hoje. Tomando por conta esse fato, os historiadores Peter Duignan e L. H. Gann dizem o seguinte:

O politicamente correto existia nas universidades americanas muito antes do atual movimento que se tornou modismo, de acordo com o conhecido analista político Seymour Martin Lipset. Ele observa que as escolas religiosas contratavam e demitiam professores por seus pontos de vista e aceitação da doutrina da igreja até após a Segunda Guerra Mundial (DUIGNAN; GANN, 1995, p.2, tradução nossa).<sup>3</sup>

A própria origem do termo é controversa. Há quem defenda que o termo foi cunhado por movimentos de esquerda. Nesse caso Pondé é bem enfático, afirmando que o politicamente correto é na verdade um ramo da esquerda americana:

O politicamente correto é um “ramo” do pensamento de esquerda americano. Se pensarmos no contexto onde ele nasceu, veremos a ascensão social dos negros americanos no final dos anos 60. Fenômeno semelhante aos gays a partir dos anos 80 (PONDÉ, 2012, p. 29-30).<sup>4</sup>

Luís Pondé também define o momento em que o politicamente correto se espalhou para o mundo. Foi através do cinema em um filme que conta a história do General Patton, importante líder militar na 2ª guerra mundial. Em plena guerra do Vietnã, o filme é divulgado contando fatos sobre o general. Pondé explica:

Agora vejamos. Na mesma cena, ao sair da enfermaria, Patton vê um soldado sentado sem nenhum ferimento aparente. Pergunta a ele o que se passou. O soldado,

<sup>2</sup>Political correctness is not one thing and does not have a simple history. As a concept it predates the debate and is a complex, discontinuous, and protean phenomenon which has changed radically, even over the past two decades During just that time it has ramified from its initial concerns with education and the curriculum into numerous agendas, reforms, and issues concerning race, culture, gender, disability, the environment, and animal rights (HUGHES, Geoffrey. **Political Correctness: A History of Semantics and Culture**. Chichester: Wiley-Blackwell, 2010).

<sup>3</sup>Political correctness existed in American universities long before the present movement became a fad, according to Seymour Martin Lipset, the distinguished political analyst. He notes that church-affiliated schools hired and fired professors on their views and acceptance of church doctrine until after World War II (DUIGNAN, Peter; GANN, L. H.. **Political Correctness: A Critique**. Palo Alto: Stanford University, 1995).

<sup>4</sup>PONDÉ, Luiz Felipe. **Guia politicamente incorreto da Filosofia**. São Paulo: Leya, 2012.

com a voz estremeçada, responde que o problema eram “seus nervos”. Patton fica estupefocado. Grita com o soldado, esbofeteia-o, ameaça puxar o revólver do gatilho e manda que o tirem dali porque ali “é um lugar de honra”, e ele não queria ver seus homens corajosos feridos maculados pela presença, ele usa esta expressão, “de um covarde”(PONDÉ, 2012, p. 28).

Então, divulgadas essas cenas sobre o general Patton a repercussão que a mídia trouxe sobre o exército americano foi muito ruim.

O estardalhaço da mídia gera no exército a reação que levará Patton à desgraça. O filme feito em plena era da Guerra do Vietnã ecoa o sabido impacto negativo (do ponto de vista do exército americano) que a mídia e a sociedade americanas tiveram sobre o desenrolar da Guerra do Vietnã. Ali nascia a praga PC. O que esse fato do filme relata é o nascimento do politicamente correto. Patton foi politicamente incorreto ao chamar o soldado pelo “seu” nome, “covarde”, porque o exército vê sua reação como “insensível” aos limites do soldado em questão e ruim para a “boa” imagem da instituição. A praga PC é uma mistura de covardia, informação falsa e preocupação com a imagem. Combina com uma época frouxa como a nossa (PONDÉ, 2012, p. 29).

Segundo o raciocínio o qual Pondé relaciona o politicamente correto com a política de esquerda, ele explica em seu livro qual é a diferença entre a velha esquerda e a nova esquerda, e quais são seus alvos:

Mas, pelo fato de ter sido um fenômeno que entrou para a agenda da nova esquerda americana, a necessidade de melhores maneiras no convívio com os negros acabou por se transformar num “programa político de criação de uma nova consciência social” – mantras como esse me dão alergia. A diferença entre a velha esquerda e a nova esquerda é que, para a velha, a classe que salvaria o mundo seria o proletariado (os pobres), enquanto, para a nova, é todo tipo de grupos de “excluídos”: mulheres, negros, gays, aborígenes, índios, marcianos (PONDÉ, 2012, p. 30).

Em contrapartida, há quem diga que o termo foi cunhado justamente pelos detratores do politicamente correto, já que, por acreditar-se ser uma expressão pejorativa, ninguém se auto afirma politicamente correto (RIBEIRO, 2000, p. 26).<sup>5</sup>

Marilyn Friedman reforça:

O politicamente correto (PC) compreende uma série de reformas acadêmicas e atitudes que, segundo seus críticos, estão a destruir o ensino superior e ameaçando a sobrevivência nacional. O suposto culpado é a esquerda acadêmica, um grupo que engloba as feministas, multiculturalistas, marxistas e desconstrucionistas. Em seu ensino e escolaridade, esses acadêmicos esquerdistas supostamente lançaram um ataque em grande escala sobre a civilização ocidental.

Do ponto de vista da esquerda, no entanto, o quadro é bastante diferente. As reformas em questão destinam-se a renovar uma série de tradicionais práticas acadêmicas e atitudes que constituem a real mazela de ensino superior. A real correção para se preocupar, a partir de uma perspectiva de esquerda, é a “retidão” dos tradicionalistas que resistem à crescente diversidade cultural da academia hoje (FRIEDMAN, 1995, p. 1).<sup>6</sup>

<sup>5</sup>RIBEIRO, Renato Janice. **A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>6</sup>Political correctness (PC) comprises a host of academic reforms and attitudes that, according to their critics, are destroying higher education and threatening national survival. The alleged culprit is the academic left, a group encompassing feminists, multiculturalists, Marxists, and deconstructionists. In their teaching and scholarship, these leftist academics are supposed to have launched a full-scale attack on Western civilization. From the standpoint of the left, however, the picture is quite different. The reforms in question are intended to revamp a

Apesar de toda transformação que o termo passa ao longo do tempo, a ideia do politicamente correto é de fato polir a linguagem suprimindo algum tipo de preconceito que possa acontecer. Porém ela tenta engessar muito a maneira de conviver entre as pessoas, suprimindo o livre-arbítrio e ditando regras de como as pessoas devem se relacionar dentro de uma sociedade. Pondé compartilha desse pensamento:

O politicamente correto, assim, nesse momento, se caracterizará por ser um movimento que busca moldar comportamentos, hábitos, gestos e linguagem para gerar a inclusão social desses grupos e, por tabela, combater comportamentos, hábitos, gestos e linguagem que indiquem uma recusa dessa inclusão [de minorias] (PONDÉ, 2012, p. 31).<sup>7</sup>

Pondé ainda relaciona o pensamento politicamente correto com o pensamento de Rousseau, um dos teóricos base para as obras de Karl Marx:

Movidos pela ideia rousseauiana de que o mais fraco politicamente é por definição melhor moralmente, o exército do politicamente correto se transformou numa grande horda da violência na esfera intelectual nas últimas décadas, criando uma verdadeira “cosmologia” politicamente correta – por exemplo, dizendo que Deus é na verdade uma Deusa – a serviço da transformação do mundo no mundo que eles têm na cabeça, muitas vezes inviabilizando qualquer possibilidade de pensar diferente (PONDÉ, 2012, p. 32).<sup>8</sup>

Então, a partir dessa conceituação do politicamente correto será visto como esse movimento tem influenciado a sociedade brasileira.

## 2.2 Referencial metodológico e procedimentos

Como visto anteriormente, o termo politicamente correto se transformou com o passar do tempo e, historicamente, está atrelado a pensamentos marxistas e da nova esquerda.

Este trabalho parte do princípio de que a projeção politicamente correta já está sendo aplicada na sociedade brasileira e que vem transformando o modo de agir e pensar do cidadão brasileiro. A partir desse ponto, será pesquisado em quais esferas da sociedade o politicamente correto tem ficado mais evidenciado e de que maneira esse movimento transforma os hábitos, costumes e até a legislação vigente no Brasil.

O objetivo geral deste trabalho é explorar os diversos conceitos de politicamente correto e evidenciar sua existência, de que maneira se manifesta e por quem é manifestado esse tipo de pensamento. E, dessa forma, verificar se eles melhoraram ou pioraram a

---

host of traditional academic practices and attitudes that constitute the real malaise of higher education. The real correctness to worry about, from a leftist perspective, is the “rectitude” of those traditionalists who resist the growing cultural diversity of academia today (FRIEDMAN, Marilyn. Codes, Canon, Correctness and Feminism. In: FRIEDMAN, Marilyn; NAVERSON, Jan. **Political Correctness: For and Against**. Boston: Rowman & Littlefield, 1995).

<sup>7</sup>PONDÉ, Luiz Felipe. **Guia politicamente incorreto da Filosofia**. São Paulo: Leya, 2012.

<sup>8</sup>PONDÉ, Luiz Felipe. **Guia politicamente incorreto da Filosofia**. São Paulo: Leya, 2012

convivência na comunidade brasileira. De acordo com o objetivo geral há os seguintes objetivos específicos:

- Informar e esclarecer o movimento politicamente correto;
- Conceituar de forma clara o atual significado de politicamente correto;
- Analisar a atuação do politicamente correto no poder legislativo e no poder executivo;

- Analisar a atuação do politicamente correto no poder judiciário;

- Analisar a atuação do politicamente correto no direito de livre expressão e na mídia;

A pesquisa seguirá os seguintes procedimentos metodológicos:

Primeiramente, serão reunidos dados teóricos e práticos de diversas fontes que versem sobre o tema, na grande variedade da obra de Luis Pondé, que é o autor com maior gama de conteúdo a respeito do tema, principalmente na obra O guia politicamente incorreto sobre a filosofia a qual aborda a atuação do movimento politicamente correto em situações cotidianas do brasileiro. Também serão colhidas informações de sites na internet.

Após colher e explorar estes dados, será consolidado o estudo específico sobre a influência do pensamento politicamente correto. E, por fim, analisar se esse pensamento dificulta a interação dos mais diversos grupos da população brasileira.



### 3 A INFLUÊNCIA DO POLITICAMENTE CORRETO NO PODER LEGISLATIVO E NO PODER EXECUTIVO

Já que o politicamente correto visa neutralizar todo e qualquer tipo de preconceito às minorias e limitar a conduta perante tais segmentos da população, é natural que buscassem influência sobre o direito e, sobretudo, nas leis brasileiras.

Apesar de ter um véu bem intencionado já que tem por objetivo acabar com preconceitos que sem dúvidas não deveriam existir, algumas ações beiram o absurdo e tentam de maneira desregrada limitar ou até impedir o livre arbítrio da sociedade brasileira. Vê-se o exemplo a seguir:

O deputado Roberto de Lucena, pastor evangélico, escritor e político brasileiro filiado ao Partido Verde, através do Projeto de Lei nº 607/2011, busca tornar contravenção penal o ato de impedir que empregados domésticos e demais trabalhadores de prédios ou repartições tenham acesso aos elevadores sociais dos edifícios, quando não estiverem carregando carga ou objetos que, por sua natureza, devam ser transportados nos elevadores de serviço.<sup>9</sup>

Dessa forma, pode-se verificar que tal medida só congestionaria mais o poder legislativo já que, transformando tal ato em contravenção penal, viola o princípio do direito penal de intervenção mínima, pois é a última instância para resolução de conflitos, além de atingir de forma exagerada o livre arbítrio da população. A utilização de elevadores em um condomínio privado não parece um bem jurídico relevante ao ponto de ser tutelado pelo Direito Penal.

Sobre o princípio de intervenção mínima sobre os conflitos, Guilherme Nucci, jurista e magistrado, explica:

Significa que o direito penal não deve interferir em demasia na vida do indivíduo, retirando-lhe autonomia e liberdade. Afinal, a lei penal não deve ser vista como a primeira opção (*prima ratio*) do legislador para compor conflitos existentes em sociedade, os quais, pelo atual estágio de desenvolvimento moral e ético da humanidade, sempre estarão presentes. Há outros ramos do Direito preparados a solucionar as desavenças e lides surgidas na comunidade, compondo-as sem maiores traumas. O direito penal é considerado a *ultima ratio*, isto é, a última cartada do sistema legislativo, quando se entende que outra solução não pode haver senão a criação de lei penal incriminadora, impondo sanção penal ao infrator (NUCCI, 2011, p. 86-87).<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup>Projeto de Lei nº 607/2011

<sup>10</sup>NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. 7ª Edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

Para justificar tal projeto, o deputado afirmou:

A sociedade também tem buscado o fim da discriminação e do preconceito contra judeus, homossexuais, nordestinos, entre outros.

E nesta luta esta Casa de Leis não se omitiu. São muitas as propostas legislativas já aprovadas e muitas outras que já foram acolhidas e tramitam visando o fim desse grande [sic] que agride a convivência entre as pessoas, semeando o ódio e a discórdia inibindo [sic] o desenvolvimento harmonioso da sociedade.

Neste sentido, trago para a apreciação dos Nobres Pares uma proposta que visa inibir impedir [sic] a discriminação contra empregados domésticos e outros trabalhadores quanto ao acesso aos elevadores sociais de edificações infrator.<sup>11</sup>

Outra medida politicamente correta tomada pelo governo federal foi a criação de um programa que visava o combate a homofobia. Em 2004, o governo federal lançou o programa Brasil sem Homofobia com o objetivo de combater a violência e o preconceito contra a população LGBT (composta por travestis, transexuais, gays, lésbicas, bissexuais e outros grupos). Uma parte dele enfatizaria a formação de educadores para tratar questões relacionadas ao gênero e à sexualidade. Nascia aí o projeto Escola sem Homofobia. Esse projeto criado pelo Ministério de Educação e Cultura, composto por três vídeos e guia de orientação aos professores, tinha como objetivo debater a sexualidade no ambiente escolar, como forma de reconhecimento da diversidade sexual e alertar sobre o preconceito. Em 2011, a ideia era distribuir o material para professores e alunos do Ensino Médio de todo o Brasil. Os planos não foram para frente, no entanto. Assim que o MEC divulgou o kit, ele foi alvo de críticas e gerou polêmica entre os setores mais conservadores do País e do Congresso Nacional.

Inicialmente o projeto havia sido aprovado pela comunidade LGBT e pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura). Após protestos, a então presidente Dilma Rousseff decidiu por suspender o programa.<sup>12</sup>

Essa educação altamente ideológica que o governo pretendia submeter à população brasileira peca no tocante ao direito dos pais de terem o total controle sobre como eles querem que seus filhos sejam educados no quesito moral e religioso. Não cabe à escola decidir sobre orientação sexual ou religiosa, a missão da escola é a de apenas transmitir conhecimento e ensinamentos. São diversas as leis que versam sobre o assunto. O Tratado de São José da Costa Rica (Convenção Americana de Direitos Humanos), norma supra legal, prevê no seu artigo 12 inciso IV, o seguinte: “Os pais e, quando for o caso, os tutores, têm direito a que

<sup>11</sup>Projeto de Lei nº 607/2011

<sup>12</sup>HUFFPOST. **O que foi o 'kit gay', material escolar sobre homossexualidade criticado por Bolsonaro e Inês Brasil.** Disponível em: <[https://www.huffpostbrasil.com/2017/08/29/o-que-foi-o-kit-gay-material-escolar-sobre-homossexualidade-criticado-por-bolsonaro-e-ines-brasil\\_a\\_23188320/](https://www.huffpostbrasil.com/2017/08/29/o-que-foi-o-kit-gay-material-escolar-sobre-homossexualidade-criticado-por-bolsonaro-e-ines-brasil_a_23188320/)>. Acesso em: 15 maio 2018.

seus filhos e pupilos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.”<sup>13</sup>

Já a Constituição Federal do Brasil de 1988, garante no artigo 229: “Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.”<sup>14</sup>

No campo específico da liberdade de expressão, outro ato do poder executivo que chamou a atenção foi a Cartilha “Politicamente Correto e Direitos Humanos”, lançada em 2004 pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, vinculada à Presidência da República. Essa cartilha tinha como objetivo orientar a população a se eximir de utilizar expressões linguísticas consideradas preconceituosas e pejorativas:

Todos nós – parlamentares, agentes e delegados da polícia, guardas de trânsito, jornalistas, professores, entre outros profissionais com grande influência social – utilizamos palavras, expressões e anedotas, que, por serem tão populares e corriqueiras, passam por normais, mas que, na verdade, mal escondem preconceitos e discriminações contra pessoas ou grupos sociais. Muitas vezes ofendemos o “outro” por ressaltar suas diferenças de maneira francamente grosseira e, também, com eufemismos e formas condescendentes, paternalistas (Cartilha do Politicamente Correto & Direitos Humanos, 2004, p. 3).

Abaixo são listadas algumas das expressões que, à luz da cartilha politicamente correta, são consideradas inadequadas:

Baianada – Expressão pejorativa que atribui aos baianos inabilidade no trânsito e em outras atividades. Trata-se de um preconceito de caráter regional e racial, ao lado de outros como o que imputa a malandragem aos cariocas, a esperteza aos mineiros, a falta de inteligência aos goianos, a orientação homossexual aos gaúchos etc.

Baitola – Palavra de origem nordestina que, junto com “bicha”, “boiola” e outras é utilizada para depreciar os homossexuais. Em respeito às pessoas que sentem atração ou mantêm relações amorosas ou sexuais com pessoas do próprio sexo, utilize as seguintes identificações: gay – para homens e mulheres; entendido (a) – para homens e mulheres; lésbica – para mulheres; travesti e transexual – para transgêneros; bissexuais – para homens e mulheres.

Bárbaro – Inicialmente para os gregos, em seguida para os romanos, e depois para outros povos que se consideravam civilizados, bárbaro era todo o estrangeiro ou pessoa que não falava o idioma deles. Bárbaro era sinônimo de estranho, cruel, grosseiro, incorreto, malvado, rude, violento; capaz de barbarizar, isto é, de cometer barbárie ou barbaridade. É a expressão mais clássica de discriminação do outro e da xenofobia, a aversão pelos estrangeiros, seus costumes, hábitos e tradições. (Cartilha do Politicamente Correto & Direitos Humanos, 2004, p. 9).

<sup>13</sup>CONVENÇÃO AMERICANA DOS DIREITOS HUMANOS. **Pacto de San José da Costa Rica**, 22/11/69. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm>>. Acesso em: 15 maio 2018.

<sup>14</sup>BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 15 maio 2018.

Embora a cartilha não tivesse força normativa, ela foi elaborada pelo governo com o intuito de orientar a população e às custas dos cofres públicos, ou seja, todo cidadão brasileiro contribuiu para que fosse criada essa cartilha.

#### **4 A INFLUÊNCIA DO POLITICAMENTE CORRETO NO PODER JUDICIÁRIO**

Como já foi visto anteriormente, o politicamente está sendo inserido em todos os poderes da República do Brasil e com o poder judiciário não é diferente. Em 2016, o Tribunal Superior do Trabalho realizou uma audiência pública para discutir se a exigência do empregador pela certidão de antecedentes criminais do candidato a emprego é vedada pelo ordenamento jurídico. A corte pretendeu, em recurso de Revista repetitivo, uniformizar a orientação a ser adotada por toda justiça trabalhista.<sup>15</sup>

Sabe-se que a Lei nº 9.029/1995, em seu artigo 1º, veda a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso à relação de trabalho e que contempla determinadas condutas que considera discriminatória, como a exigência de comprovação de esterilização ou ausência de gravidez, bem como a promoção do controle de natalidade, as quais caracteriza como crimes. Não dispõe expressamente, no que diz respeito à matéria aqui abordada, sobre a exigência de antecedentes criminais pelo empregador. Entretanto, a jurisprudência atual do Tribunal Superior do Trabalho considera que o rol presente na referida lei é meramente exemplificativo, qualificando a recusa de contratação em razão de apresentação de certidão positiva de antecedentes criminais como prática discriminatória em relação a ex-presidiários, a ensejar a responsabilização por danos morais e, conforme o caso, a reintegração, na medida em que restaria violada a sua dignidade humana.<sup>16</sup>

Outro diploma adotado para motivar a vedação da exigência de histórico criminal é a Convenção nº 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), internalizada ao ordenamento brasileiro pelo Decreto nº 62.150/1968. Mais uma vez, o texto não aborda especificamente a prática de exigir certidões de antecedentes criminais, mas repudia “toda distinção, exclusão ou preferência fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião política,

---

<sup>15</sup>SPOTNIKS, **Como uma medida politicamente correta da justiça do trabalho pode aumentar a discriminação no Brasil**. Disponível em: <<https://spotniks.com/como-uma-medida-politicamente-correta-da-justica-do-trabalho-pode-aumentar-discriminacao-no-brasil/>>. Acesso em: 15 maio 2018.

<sup>16</sup>SPOTNIKS, **Como uma medida politicamente correta da justiça do trabalho pode aumentar a discriminação no Brasil**. Disponível em: <<https://spotniks.com/como-uma-medida-politicamente-correta-da-justica-do-trabalho-pode-aumentar-discriminacao-no-brasil/>>. Acesso em: 15 maio 2018.

ascendência nacional ou origem social, que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidade ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão”.<sup>17</sup>

O objetivo que informa o atual posicionamento do TST é abertamente o de proporcionar a ex-presidiários uma melhor inserção no mercado de trabalho. Evitando que potenciais empregadores verifiquem essa característica ao avaliar candidatos a vagas de emprego, supõe o Tribunal que mais pessoas com condenação anterior serão contratadas, o que atenderia ao propósito da lei de combater práticas discriminatórias no contexto trabalhista. Excepcionalmente, o exame do histórico criminal de candidatos seria permitido, tão somente nas hipóteses em que a natureza da atividade a ser exercida pelo empregado contratado justificar a exigência da certidão – por exemplo, no caso em que o cargo almejado requer o acesso a dados sigilosos de clientes.<sup>18</sup>

Nos Estados Unidos, questão semelhante tomou o debate público (não nas Cortes, mas perante o Legislativo, vale frisar). Pressionados por organizações da sociedade civil, determinados Estados e cidades editaram leis proibindo empregadores de questionarem sobre condenações criminais na fase inicial de seleções de emprego. Essas leis ficaram conhecidas como leis “ban-the-box”, porque tradicionalmente formulários em seleções do gênero solicitavam aos candidatos marcar “sim” ou “não” em uma “caixa” de resposta. As especificidades da proibição variam de acordo com o lugar (sete Estados e diversas cidades já editaram leis desse tipo oponíveis ao setor privado). Em Rhode Island, por exemplo, não se proibiu ao empregador fazer questionamentos sobre a ficha criminal durante ou depois da primeira entrevista, visto que a intenção da lei é apenas permitir aos candidatos com histórico delitivo ultrapassar esse primeiro obstáculo, para que possam explicar melhor ao potencial contratante a situação em que a condenação criminal ocorreu. Com efeito, naquele país, empregadores têm o dever de diligência na contratação de seus trabalhadores, pois podem responder pelas ações destes perante terceiros, caso tenham falhado em investigar a vida pregressa, inclusive o passado criminal, no momento da seleção. Já na cidade de New York, o Fair Chance Act (2015) proíbe que empregadores indaguem a aspirantes a vagas de emprego sobre prisões e condenações pretéritas antes da propositura de uma oferta condicional de emprego; uma vez feita a oferta, ela somente pode ser rescindida com base no histórico criminal mediante notificação motivada por escrito e desde que seja concedida oportunidade

---

<sup>17</sup>SPOTNIKS, **Como uma medida politicamente correta da justiça do trabalho pode aumentar a discriminação no Brasil**. Disponível em: <<https://spotniks.com/como-uma-medida-politicamente-correta-da-justica-do-trabalho-pode-aumentar-discriminacao-no-brasil/>>. Acesso em: 15 maio 2018.

<sup>18</sup>SPOTNIKS, **Como uma medida politicamente correta da justiça do trabalho pode aumentar a discriminação no Brasil**. Disponível em: <<https://spotniks.com/como-uma-medida-politicamente-correta-da-justica-do-trabalho-pode-aumentar-discriminacao-no-brasil/>>. Acesso em: 15 maio 2018.

para resposta em tempo razoável. Por sua vez, New Jersey permite a investigação da vida criminal apenas após a primeira entrevista. Fica agora o questionamento, será que as leis “ban-the-box” atingiram seu objetivo? Terão elas criado outros problemas sociais? Afinal, como a sociedade reagiu à medida?<sup>19</sup>

Nos Estados Unidos foi realizada uma pesquisa para verificar se as leis discriminatórias estão realmente cumprindo o papel que se almeja, ou seja, se, após a nova interpretação e com os novos adendos, aumentou o número de pessoas com antecedentes criminais contratadas. O método da pesquisa consistiu em enviar, pela internet, cerca de 15 mil inscrições fictícias para vagas de emprego destinadas a iniciantes, antes e depois das leis “ban-the-box” entrarem em vigor. O perfil dos candidatos fictícios variou não apenas em relação à raça (brancos e negros), mas também em outras características que poderiam indicar condenação anterior, como um intervalo de um ano de desemprego no histórico do aspirante à vaga. Levou-se em consideração que determinadas empresas já não questionavam sobre passado criminal mesmo antes das leis (o que ajudou na comparação de resultados), bem assim mudanças na disparidade racial no mesmo período de tempo. Outro fator observado foi a composição racial da vizinhança em que os empregadores se localizavam. Todos esses cuidados tiveram o objetivo de tornar os grupos investigados significativamente heterogêneos, de modo que outros fatores interferissem o mínimo possível na análise de inferência causal.<sup>20</sup>

Verificou-se que, no período anterior às leis, candidatos brancos foram selecionados numa proporção 7% maior que candidatos negros com currículo semelhante. Já no período posterior à entrada em vigor das proibições “ban-the-box”, a disparidade entre a seleção de candidatos brancos e negros subiu para 45%, ou seja, houve uma preferência muito maior por candidatos brancos. Isso ocorreu por que na falta de informações individuais sobre quais candidatos ostentam condenações, empregadores podem se basear em generalizações estatísticas para discriminar indivíduos com características relacionadas a registros criminais, como a raça.<sup>21</sup>

Caso a mesma pesquisa fosse realizada no Brasil, os resultados poderiam ser ainda mais desfavoráveis a grupos minoritários, pois a proibição estabelecida pelo TST não apenas

---

<sup>19</sup>SPOTNIKS, **Como uma medida politicamente correta da justiça do trabalho pode aumentar a discriminação no Brasil**. Disponível em: <<https://spotniks.com/como-uma-medida-politicamente-correta-da-justica-do-trabalho-pode-aumentar-discriminacao-no-brasil/>>. Acesso em: 16 maio 2018.

<sup>20</sup>SPOTNIKS, **Como uma medida politicamente correta da justiça do trabalho pode aumentar a discriminação no Brasil**. Disponível em: <<https://spotniks.com/como-uma-medida-politicamente-correta-da-justica-do-trabalho-pode-aumentar-discriminacao-no-brasil/>>. Acesso em: 16 maio 2018.

<sup>21</sup>SPOTNIKS, **Como uma medida politicamente correta da justiça do trabalho pode aumentar a discriminação no Brasil**. Disponível em: <<https://spotniks.com/como-uma-medida-politicamente-correta-da-justica-do-trabalho-pode-aumentar-discriminacao-no-brasil/>>. Acesso em: 16 maio 2018.

se limita ao primeiro contato com o candidato, mas veda a qualquer momento a rejeição de um empregado, potencial ou efetivo, por motivos referentes ao passado criminal. Em razão disso, há maiores incentivos para que empregadores se baseiem em padrões demográficos com o intuito de evitar a seleção de ex-detentos. Na falta de pesquisas empíricas adequadas à realidade brasileira, fica comprometida a análise das consequências da proibição estabelecida pela Corte trabalhista. Os dados colhidos nos Estados Unidos apontam que a medida anti-discriminação produz o efeito diametralmente oposto ao pretendido, fomentando a discriminação e aumentando o desemprego entre grupos marginalizados.<sup>22</sup>

Então mais uma vez o politicamente correto tem até uma boa intenção porém acaba por ir no caminho contrário de seus objetivos, por um lado ex-detentos poderão ser mais contratados por outro crescerá a discriminação social e racial em razão do contratante tomar por base agora aspectos socioeconômicos do pretendente ao cargo, como por exemplo o bairro e a vizinhança.

## **5 A INFLUÊNCIA DO POLITICAMENTE CORRETO NO DIREITO DE LIVRE EXPRESSÃO E NA MÍDIA**

A frase “eu discordo do que dizes, mas defenderei até a morte o teu direito de dizê-lo” (TALLENTYRE, 1906, p. 199 tradução nossa)<sup>23</sup> talvez seja a melhor definição para a liberdade de expressão. Afinal, é muito fácil reconhecer a liberdade de expressão às ideias que concordamos; muito mais difícil é aceitar a manifestação de ideias que desgostamos. O que se tem visto no Brasil nos últimos tempos, no entanto, é uma crescente vontade de reprimir formas de expressão que sejam consideradas desrespeitosas e preconceituosas. A iniciativa, embora tenha como pano de fundo uma intenção nobre, tem gerado situações desproporcionais, limitando o direito à livre expressão e violando a Constituição Federal.<sup>24</sup>

Sob essa abordagem, é prudente discutir acerca dos posicionamentos cada vez mais presentes na contemporaneidade relativamente ao discurso do politicamente correto. Com efeito, mediante o pretexto de não expressar opiniões particulares para evitar estabelecer

<sup>22</sup>SPOTNIKS, **Como uma medida politicamente correta da justiça do trabalho pode aumentar a discriminação no Brasil**. Disponível em: <<https://spotniks.com/como-uma-medida-politicamente-correta-da-justica-do-trabalho-pode-aumentar-discriminacao-no-brasil/>>. Acesso em: 15 maio 2018.

<sup>23</sup>“I disapprove of what you say, but I will defend to the death your right to say it” ( TALLENTYRE, S. G. (Evelyn Beatrice Hall). **The Friends of Voltaire**. Londres: Smith, Elder & Co., 1906. Disponível em: <<http://www.archive.org/details/cu31924027451032>>. Acesso em: 16 maio 2018.

<sup>24</sup>CARREIRÃO E DAL GRANDE ADVOCACIA, **A Liberdade de Expressão versus o Politicamente Correto**. Disponível em: <<https://www.carreiraodalgrande.com.br/a-liberdade-de-expressao-versus-o-politicamente-correto/>>. Acesso em: 19 maio 2018.

estereótipos sociais, ou ainda a fim de não gerar posicionamentos contrários na sociedade, muitas pessoas acabam por se esconder por trás de falsas máscaras e omitem sua real concepção. Nesse viés, convém destacar Luiz Felipe Pondé, ao dizer que "o politicamente correto se tornou ferramenta de censura, constrangimento e que dificulta o pensamento de forma mais livre"(2012).<sup>25</sup>

A questão central do conflito entre a liberdade de expressão do pensamento e a interferência do politicamente correto é justamente o fato de essa não ser uma questão relacionada ao direito, mas uma questão relacionada a gosto pessoal. A expressão de uma ideia, por mais repulsiva que seja, não pode ser reprimida a menos que viole algum direito de outrem.<sup>26</sup>

A Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso III, regula que todos os homens são iguais perante a lei, ou seja, todos devem ser tratados da mesma forma, sem distinção de raça, cor ou religião. Nesse sentido é o pensamento de João dos Passos Martins Neto: “Sob a perspectiva do fundamento democrático, por exemplo, mesmo ideias que tendem a soar como aviltantes podem ter mérito para circular livremente” (MARTINS NETO, 2008, p. 79).<sup>27</sup>

Ainda sobre o mesmo tema, Martins Neto é bastante categórico, e expõe a realidade sobre a liberdade de expressão:

De modo análogo, o fundamento da tolerância não confere valor apenas ao bom e justo discurso das minorias e dos dissidentes contra os interesses e práticas das majorias e dos conservadores que sejam consideradas atrasadas e nefastas. Dá valor, inclusive, e talvez especialmente, ao pensamento extremista, aquele que quase qualquer um de nós percebe como imoral e torpe, que questiona valores e ideias de consenso não apenas majoritário, mas próximo do universal. [...] É mais fácil conviver com o discurso das minorias e dissidentes quando seu conteúdo é politicamente correto. Mas o sentido profundo do que seja tolerar só se torna realmente acessível diante do pensamento chocante e escandaloso (MARTINS NETO, 2008, p. 80).

A tolerância a ideias desagradáveis não só é um dos valores fundamentais da democracia, como também da própria Constituição Federal, que em seu preâmbulo estabelece

---

<sup>25</sup>IMAGINE, **Limites entre a liberdade de expressão e o politicamente correto**. Disponível em: <<https://www.imagine.com.br/enem/exemplo-de-redacao/limites-entre-a-liberdade-de-expressao-e-o-politicamente-correto/945008>>. Acesso em: 16 maio 2018.

<sup>26</sup>CARREIRÃO E DAL GRANDE ADVOCACIA, **A Liberdade de Expressão versus o Politicamente Correto**. Disponível em: <<https://www.carreiraodalgrande.com.br/a-liberdade-de-expressao-versus-o-politicamente-correto/>>. Acesso em: 19 maio 2018.

<sup>27</sup>CARREIRÃO E DAL GRANDE ADVOCACIA, **A Liberdade de Expressão versus o Politicamente Correto**. Disponível em: <<https://www.carreiraodalgrande.com.br/a-liberdade-de-expressao-versus-o-politicamente-correto/>>. Acesso em: 19 maio 2018.



que o Brasil é uma sociedade pluralista. Não há pluralidade sem tolerância e “não se pode combater atos de intolerância, com intolerância” (MEYER-PFLUG, 2009, p. 264).<sup>28</sup>

Reprimir uma ideia por mera discordância, na realidade, nada mais é do que censura por razões ideológicas. João dos Passos define censura por razões ideológicas da seguinte forma:

Razões ideológicas de censura são aquelas que exprimem contrariedade ou discordância em relação ao conteúdo de uma comunicação que apresenta valor expressivo, ou seja, cuja expressão é justificável por sua conexão com o processo democrático, a elaboração do saber, a afirmação da autonomia e o ensino da tolerância. Razões ideológicas de censura são aquelas que não estão ligadas a uma necessidade real de prevenir e sancionar a violação de direitos alheios (que não estão em jogo), mas à intenção de silenciar ideias e informações apenas em função da preferência por outras, seja por acreditar-se na superioridade destas, seja para resguardar interesses contrariados (doutrinários, econômicos, eleitorais, eclesiais, entre outros). Razões ideológicas de censura são, em suma, proibições estatais da palavra segundo um critério de mera contrariedade ou discordância (MARTINS NETO, 2008, p. 83).

O politicamente correto é a versão real da novilíngua, idealizada pelo governo autoritário do livro de ficção “1984”, de George Orwell. A novilíngua não nascia naturalmente como expressão da cultura e acúmulo de conhecimento do povo, mas pela condensação e remoção dos vocábulos e de seus significados, a fim de limitar o pensamento. Simplesmente não pode estar no universo das pessoas algo que elas não têm palavras para dar sentido pleno. Controlando, portanto, a linguagem, os governantes controlavam os pensamentos e qualquer oposição que pudesse surgir de novas ideias. Logo, não era preciso se preocupar em proibir a menção de coisas, pessoas, ou situações. Bastava diminuir o escopo de construção racional sobre elas.<sup>29</sup>

Ainda sobre a liberdade de expressão, A presidente do Supremo Tribunal Federal Carmen Lúcia disse em um evento sobre liberdade de imprensa que um dos desafios do Judiciário é lidar com a censura imposta não pelo Estado, mas pelos usuários de redes sociais que se incomodam com alguns tipos de conteúdo e decidem judicializar a questão. "Quem muitas vezes impede a liberdade da informação é o outro particular. Não é o estado como era antes, como é nas ditaduras. (...) Hoje, você tem censuras estabelecidas, por algo que é

---

<sup>28</sup>CARREIRÃO E DAL GRANDE ADVOCACIA, **A Liberdade de Expressão versus o Politicamente Correto**. Disponível em: <<https://www.carreiraodalgrande.com.br/a-liberdade-de-expressao-versus-o-politicamente-correto/>>. Acesso em: 19 maio 2018.

<sup>29</sup>COLUNA DO LAM, **A tirania do Politicamente Correto - por Warton Hertz\* em seu blog**. Disponível em: <<http://colunadolam.blogspot.com.br/2016/06/a-tirania-do-politicamente-correto-por.html>>. Acesso em: 17 maio 2018.

extremamente contrário às liberdades em geral, que é o politicamente correto", disse, de acordo com informações de O Globo.<sup>30</sup>

A mídia brasileira também tem sido diversas vezes influenciada pelo politicamente correto. Cada vez mais se vê nos meios de comunicação, como jornais, televisão e até nos sites da internet a integração de maneira exagerada das minorias e o repúdio às ideias contrárias. Polêmicas são muitas a respeito de influências no Brasil que não seguem o padrão politicamente correto, principalmente a comicidade que está se levando muito a sério. A seguir serão estudados alguns exemplos os quais foram evidenciados a atuação do politicamente correto e a maneira exagerada que esse movimento tenta doutrinar os meios de comunicação no Brasil.

Este caso aconteceu em Porto Alegre, em 2016, quando uma menina de 22 anos foi acometida por um desses problemas que afetam milhares de brasileiros todos os anos, entregues ao completo abandono da segurança pública no país: um assalto. Em entrevista ela relatou como foi o fato:

Eles pediram pela chave do carro e eu entrei em pânico. Não sabia o que fazer, congelei. Comecei a procurar pela chave nos bolsos, mas não a encontrava. Eles estavam armados e me ameaçavam, diziam para eu não gritar. Eu não achava a chave para entregar e comecei a gritar. Nesse momento, eles procuraram a chave, não a acharam, levaram meu celular e foram embora. Na fuga, um dos caras atirou. O tiro atravessou o meu braço e passou de raspão na minha barriga. Gritei por socorro, algumas pessoas vieram me socorrer e encontraram a chave. Estava no porta-malas mesmo.<sup>31</sup>

Após passar por duas cirurgias, colocar uma haste e dez parafusos no braço, e lidar com o trauma de ver a sua vida no absoluto controle de alguns assaltantes, a menina concedeu uma entrevista ao Zero Hora. Perguntada se ela teria algo a dizer para os assaltantes, ela diz que só pediria desculpas porque segundo ela mesma a culpa é dela de ter sofrido o assalto pois trata-se de um reflexo da sociedade, e que os assaltantes cometeram o crime somente para sobreviver.<sup>32</sup>

Vê-se nesse fato que os valores estão se invertendo, apesar de ter um fundo de sentido e uma causa nobre, é absurdo que a vítima de um assalto se sinta culpada por ser assaltada. Ser politicamente correto significa sempre pedir desculpas, nunca ter razão e lutar pelas

<sup>30</sup>JORNAL GGN, **Politicamente correto contraria a liberdade de expressão, diz Carmen Lúcia**. Disponível em: <<https://jornalgggn.com.br/noticia/politicamente-correto-contraria-a-liberdade-de-expressao-diz-carmen-lucia>>. Acesso em: 17 maio 2018.

<sup>31</sup>SPOTNIKS, **10 vezes em que o politicamente correto passou dos limites em 2016**. Disponível em: <<https://spotniks.com/10-vezes-em-que-o-politicamente-correto-passou-de-todos-os-limites-em-2016/>>. Acesso em: 17 maio 2018.

<sup>32</sup>SPOTNIKS, **10 vezes em que o politicamente correto passou dos limites em 2016**. Disponível em: <<https://spotniks.com/10-vezes-em-que-o-politicamente-correto-passou-de-todos-os-limites-em-2016/>>. Acesso em: 17 maio 2018.

minorias. Muitas vezes as pessoas se proclamam politicamente corretas para satisfazerem o seu próprio ego, por não fazerem nada de útil à sociedade porém sentem empatia por todos.

O próximo exemplo é uma adaptação em tom cômico de como seria a série Sítio do pica-pau amarelo, de Monteiro Lobato, se sofresse uma adaptação do politicamente correto para satisfazer todas as minorias.

Figura 2 - Tira Monteiro Lobato



Fonte: Coluna do LAM<sup>33</sup>

Como já é de senso comum, o Sítio do pica-pau amarelo conta com vários personagens peculiares, além de muitas criaturas do folclore brasileiro. Destinada a crianças, e muito antes do movimento politicamente correto ganhar força no Brasil e no mundo, a estória de Monteiro Lobato não se preocupava com minorias nem com algum tipo de preconceito que pudesse ser evidenciado. O elenco conta com saci-pererê, uma boneca de pano chamada Emília que ganha vida, Uma empregada doméstica negra, além da protagonista chamada Narizinho. A tirinha evidencia como seria feita a estória com base no discurso politicamente correto atual. O fato de a empregada doméstica ser negra, seria ponto de ataque pois de acordo com o movimento, despertaria o preconceito sobre a raça negra como menos favorecida e ocupando cargos de trabalho com menor prestígio e também menor exigência

<sup>33</sup>COLUNA DO LAM, **A tirania do Politicamente Correto - por Warton Hertz\* em seu blog**. Disponível em: <<http://colunadolam.blogspot.com.br/2016/06/a-tirania-do-politicamente-correto-por.html>>. Acesso em: 17 maio 2018.

intelectual. Narizinho não poderia ser chamada de narizinho pois seria uma ofensa àquelas pessoas que possuem o nariz avantajado. O saci-pererê não seria mais saci, já que ganharia uma prótese e seria denominado como pessoa com deficiência física para evitar constrangimentos com pessoas que também são afetadas por essa causa. Tia Anastácia, uma senhora dona de casa que cuida de todos do sítio, agora seria interpretada na pessoa da Angélica (atriz da rede globo) para que não ocorresse a acusação de machismo já que para o politicamente correto tratar toda senhora de idade como dona de casa seria um ataque ao empoderamento da mulher já que só por estar velha não necessariamente seria uma dona de casa. A boneca Emília ganharia o selo do inmetro pois não é “certo” que crianças utilizem brinquedos sem selo de qualidade.

Portanto, nota-se o exagero em conteúdos menos importantes do cenário atual que o movimento politicamente correto age.

## 6 CONCLUSÃO

Por fim, pode-se verificar que o movimento politicamente correto não consegue alcançar seu objetivo limitando a liberdade de expressão. Preconceitos não são extintos quando a sua manifestação é impedida e sim quando se consegue mudar o pensamento de quem age dessa forma.

Em termos práticos, o controle externo sobre a mente de alguém sequer é algo fácil de obter. Um homem cujos pensamentos sejam abominados pelo poder dominante pode, sob ameaça de sanção, ser proibido de dizer o que pensa ou ser forçado a dizer o que não pensa, e mesmo acatando a obrigação imposta para meramente salvar a própria pele, ele ainda poderá, em silêncio, continuar pensando o que pensa (MARTINS NETO, 2008, p. 60).

A melhor forma de combater o preconceito é a conscientização das pessoas e não combatendo as ideias dessa. Só se pode conscientizar uma pessoa através da persuasão e do convencimento. Ao invés de impedir que materiais sejam utilizados nas escolas, seria muito mais eficaz utilizá-los como meio pedagógico para debater as questões que ali já não se fazem mais corretas. A sociedade democrática deve garantir e exigir o debate e pluralidade de ideias, de forma a qual as próprias pessoas selecionem e filtrem as ideias que julguem serem necessárias.

Um Estado Constitucional deve se legitimar na opinião pública livre e no debate público plural, em um campo no qual seja aberta a discussão de todas as ideias. O fato de se admitir, dentro de uma sociedade democrática, que qualquer ideia possa ser expressada sem censura, é fazer com que os indivíduos aprendam a exercer a sua autonomia e a escolher as ideias que devem ou não ser adotadas, por meio de uma discussão livre e aberta. É impossível se falar em Estado Constitucional Democrático sem o reconhecimento das liberdades públicas, precipuamente, a liberdade de expressão (MEYER-PFLUG, 2009, p. 227).

Como afirma João dos Passos, “as ideias, se ruins segundo o entendimento comum, podem ser contra-atacadas com ideias acreditadas como boas” (MARTINS NETO, 2008). E ainda complementa:

Por isso, o princípio regulador das ações comunicativas é o da liberdade plena, ou seja, o máximo do máximo de permissão é o mínimo do mínimo de restrição. O

antídoto para o pensamento malquisto não deve ser o silêncio forçado e a punição do falante, mas o contragolpe da própria liberdade, isto é, mais e mais expressão (MARTINS NETO, 2008).

No fundo, é impossível silenciar uma ideia. O que é possível silenciar é o indivíduo que a manifesta. A ideia em si, contudo, continua existindo. Portanto a hipótese de que o movimento politicamente correto dificulta a interação da sociedade brasileira foi corroborada. Deve-se dar liberdade para as pessoas decidirem no que querem acreditar, e elas mesmas devem fundamentar seus princípios e valores, óbvio que seguindo as leis e a constituição brasileira. Dessa forma, pode-se citar o filme “V de Vingança”, clássico contemporâneo, no qual o protagonista emite a seguinte frase: “Você pode matar um homem, mas não pode matar uma ideia, porque ideias são à prova de balas”.<sup>34</sup>

---

<sup>34</sup>CARREIRÃO E DAL GRANDE ADVOCACIA, **A Liberdade de Expressão versus o Politicamente Correto**. Disponível em: <<https://www.carreiraodalgrande.com.br/a-liberdade-de-expressao-versus-o-politicamente-correto/>>. Acesso em: 19 maio 18.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 15 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 62.150/1968**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1968.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.029/1995**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1995.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei nº 607/2011**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011.

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Cartilha do Politicamente Correto & Direitos Humanos**. Brasília, 2004.

CARREIRÃO E DAL GRANDE ADVOCACIA, **A Liberdade de Expressão versus o Politicamente Correto**. Disponível em: <<https://www.carreiraodalgrande.com.br/a-liberdade-de-expressao-versus-o-politicamente-correto/>>. Acesso em: 19 maio 2018.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

COLUNA DO LAM, **A tirania do Politicamente Correto - por Warton Hertz\* em seu blog**. Disponível em: <<http://colunadolam.blogspot.com.br/2016/06/a-tirania-do-politicamente-correto-por.html>>. Acesso em: 17 maio 2018.

COSTA, Antonio Fernando Gomes da. **Guia para elaboração de relatórios de pesquisa: monografias: trabalhos de iniciação científica, dissertação, teses e editoração de livros**. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Unitec, 1998.

CONVENÇÃO AMERICANA DOS DIREITOS HUMANOS. **Pacto de San José da Costa Rica**, 22/11/69. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm>>. Acesso em: 15 maio 2018.

DUIGNAN, Peter; GANN, L. H.. **Political Correctness: A Critique**. Palo Alto: Stanford University, 1995.

FRIEDMAN, Marilyn. Codes, Canon, Correctness and Feminism. In: FRIEDMAN, Marilyn; NAVERSON, Jan. **Political Correctness: For and Against**. Boston: Rowman & Littlefield, 1995.

HUFFPOST. **O que foi o 'kit gay', material escolar sobre homossexualidade criticado por Bolsonaro e Inês Brasil**. Disponível em: <[https://www.huffpostbrasil.com/2017/08/29/o-que-foi-o-kit-gay-material-escolar-sobre-homossexualidade-criticado-por-bolsonaro-e-ines-brasil\\_a\\_23188320/](https://www.huffpostbrasil.com/2017/08/29/o-que-foi-o-kit-gay-material-escolar-sobre-homossexualidade-criticado-por-bolsonaro-e-ines-brasil_a_23188320/)>. Acesso em: 15 maio 2018.

HUGHES, Geoffrey. **Political Correctness: A History of Semantics and Culture**. Chichester: Wiley-Blackwell, 2010.

IMAGINE, **Limites entre a liberdade de expressão e o politicamente correto**. Disponível em: <<https://www.imagine.com.br/enem/exemplo-de-redacao/limites-entre-a-liberdade-de-expressao-e-o-politicamente-correto/945008>>. Acesso em: 16 maio 2018.

JORNAL GGN, **Politicamente correto contraria a liberdade de expressão, diz Carmen Lúcia**. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/politicamente-correto-contraria-a-liberdade-de-expressao-diz-carmen-lucia>>. Acesso em: 17 maio 2018.

MARTINS NETO, João Dos Passos. **Fundamentos da Liberdade de Expressão**. Florianópolis: Insular, 2008.

MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro. **Liberdade de Expressão e Discurso do Ódio**. São Paulo: RT, 2009.

PONDÉ, Luiz Felipe. **Guia politicamente incorreto da Filosofia**. São Paulo: Leya, 2012.

RIBEIRO, Renato Janice. **A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. 7ª Edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

SPOTNIKS. **10 vezes em que o politicamente correto passou de todos os limites em 2016**. Disponível em: <https://spotniks.com/10-vezes-em-que-o-politicamente-correto-passou-de-todos-os-limites-em-2016/>. Acesso em: 14 maio 2018.

\_\_\_\_\_, **Como uma medida politicamente correta da justiça do trabalho pode aumentar a discriminação no Brasil**. Disponível em: <<https://spotniks.com/como-uma-medida-politicamente-correta-da-justica-do-trabalho-pode-aumentar-discriminacao-no-brasil/>>. Acesso em: 15 maio 2018.

TALLENTYRE, S. G. (Evelyn Beatrice Hall). **The Friends of Voltaire**. Londres: Smith, Elder & Co., 1906. Disponível em: <<http://www.archive.org/details/cu31924027451032>>. Acesso em: 16 maio 2018.